



Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

Plano de Atividades e Orçamento 2020

Aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral
realizada a 21 de fevereiro de 2020



Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

Plano de Atividades e Orçamento 2020

Órgãos Sociais

Assembleia Geral:

Presidente: Francisco Silva (CONFAGRI)

Vice-presidente: Paulo Gravato (União das Misericórdias Portuguesas)

Secretário: Marco Domingues (ANIMAR)

Direção:

Presidente: Eduardo Graça

Vice-presidente: Carla Ventura

Vogal não-executiva: Aldina Fernandes (CONFAGRI)

Vogal não-executivo: Eleutério Alves (CNIS)

Conselho Fiscal:

Presidente: Luís Sá e Silva (União das Mutualidades Portuguesas)

Vogal/ROC: Auren Auditores & Associados, SROC, SA, representada por Vítor Ladeiro

Vogal: José Jerónimo Teixeira (CONFECOOP)

Capital Social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de trezentos e dois mil euros, representado por trezentos e dois títulos, de mil euros cada um, correspondente à soma das seguintes participações:

- a) Uma de duzentos mil euros, representado por duzentos títulos, pertencente ao Estado Português;
- b) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR;
- c) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Cooperativa Portuguesa, C.C.R.L. - CONFECOOP;
- d) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L. - CONFAGRI;
- e) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS;
- f) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à União das Misericórdias Portuguesas - UMP;
- g) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à União das Mutualidades Portuguesas - UMP.

Lista de Siglas e Acrónimos

BDPEES – Base de Dados Permanente das Entidades da Economia Social

BLV – Banco Local de Voluntariado

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CNES – Conselho Nacional para a Economia Social

CPES – Confederação Portuguesa de Economia Social

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSSES – Conta Satélite da Economia Social

ECPAT – Entidades Credenciadas para Prestação de Apoio Técnico

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.

LBES – Lei de Bases da Economia Social

LBV – Lei de Bases do Voluntariado

MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa

PNM – Programa Nacional de Microcrédito

PPUE21 – Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

UE – União Europeia

UO – Unidade Orgânica

Índice

1. Introdução

2. Enquadramento Organizacional

2.1. Missão e Atribuições

2.2. Visão e Valores

2.3. Organograma

3. Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais 2020

3.1. Objetivos Estratégicos

3.2. Objetivos Operacionais

3.3. Articulação entre Objetivos Estratégicos e Operacionais

3.4. Medidas a Operacionalizar para a Concretização dos Objetivos Operacionais

4. Recursos Humanos

5. Recursos Financeiros

1.

Introdução

O Plano de Atividades e Orçamento da CASES referente a 2020 dá sequência, nas suas grandes linhas, aos documentos homólogos aprovados nos anos anteriores, assumindo-se como documento orientador da atividade da CASES dando corpo à sua missão, atribuições e competências para o ano em apreço.

A CASES é uma entidade que assume a forma jurídica de “cooperativa de interesse público”, prevista no Código Cooperativo e no Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro, sendo seu objeto, plasmado nos Estatutos, “promover o fortalecimento do sector da Economia Social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram”.

O Decreto-Lei nº 39/2017, de 4 de abril, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 282/2009, de 7 de outubro, que criou a CASES, atribuindo-lhe novas competências, em particular, na “prossecução de políticas na área do voluntariado”, na elaboração, publicação e atualização em sítio próprio da “base de dados permanente das entidades da economia social” e na criação e manutenção “de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional”.

O objeto da CASES, reforçado e alargado através daquele diploma, só poderá ser prosseguido persistindo nos esforços de confluência de ideias, projetos e sinergias entre todos os membros que a integram, enquanto entidade fundada numa parceria entre o Estado e entidades da Economia Social.

O presente documento corresponde, por outro lado, ao cumprimento da legislação aplicável à CASES, enquanto “cooperativa de interesse público”, no enquadramento que resultou da sua qualificação como “entidade pública reclassificada” (EPR).

A economia social é uma realidade consolidada em Portugal, com especificidades próprias, integrando no seu perímetro um vasto conjunto de entidades de natureza jurídica diversa, autónomas, que as CSES, publicadas, com dados de 2010, 2013 e 2016, permitem conhecer nas suas variadas dimensões, quantitativas e qualitativas.

Numa breve síntese, o número de entidades que constitui o setor da economia social passou de mais de 55 mil em 2010 para mais de 61 mil em 2013, tendo evoluído para mais de 71 mil em 2016. A riqueza gerada (VAB) pelas Entidades de Economia Social (EES) passou de um peso de 2,8% na economia nacional em 2010 e 2013, para 3,0% em 2016. O emprego remunerado nas EES passou de um peso de 5,5% do total da economia em 2010, para 6,0% em 2013 e para 6,1% em 2016. As remunerações também registaram um incremento do seu peso na economia nacional, passando de 4,6% em 2010 para 5,2% e 5,3% em 2013 e 2016, respetivamente.

De acordo com os dados CSES/2016 o setor da economia social revelou, assim, um crescimento significativo, quer em número de entidades, quer nas restantes variáveis mais relevantes.

A informação estatística, disponibilizada pela CSES, confirma que a economia social, em Portugal, constitui um conglomerado económico/social com peso relevante na economia, e na sociedade portuguesa, através da atividade das suas entidades, a todos os níveis, em particular, na produção de bens e serviços transacionáveis e na ação social comunitária.

A economia social integra entidades que se podem agrupar em duas grandes “famílias”: a de mercado e a de não mercado. No conceito adotado pela UE, a economia social é constituída por entidades que assumem quatro formas jurídicas: cooperativas, mutualidades, fundações e associações.

Em cada país, no entanto, o setor integra entidades com designações e estatutos específicos, o que torna a sua realidade mais complexa, mas nem por isso suscetível de se confundir com os setores público, ou privado (lucrativo), assumindo, em Portugal, especificidade própria, por razões históricas e pelo peso relevante da sua ação, as entidades com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

No período que decorreu de meados de 2010 até ao presente, no plano institucional, com a criação da CASES, do CNES e, mais recentemente, da CPES, assistiu-se a um assinalável progresso do setor, contribuindo para assegurar a continuidade, e previsibilidade, de políticas visando o desenvolvimento da economia social, favorecendo a confluência de interesses, e vontades, entre o poder público (através do Governo) e os parceiros privados, através das suas entidades representativas.

Trata-se de um modelo que continua a conter potencial inovador pela sua natureza de parceria público/social favorecendo a interação, e intercooperação, entre as várias “famílias” da economia social, contribuindo, em simultâneo, para a formulação e execução de políticas públicas, progressivamente mais adequadas às necessidades das populações e comunidades, nas quais se destacam a criação e lançamento de programas de incentivos para a criação de novas entidades e apoio às existentes, assim como o prosseguimento da regulamentação da LBES, em particular, do estatuto fiscal da economia social.

As novas atribuições e competências cometidas à CASES, através do Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril - e sem prejuízo de poderem ser desenvolvidos trabalhos conducentes a uma revisão estatutária - constituem uma oportunidade para o reforço do seu papel no desenvolvimento da economia e da coesão social a nível nacional, regional e local permitindo um mais forte reconhecimento público, institucional, legal e político do setor.

Passados dez anos sobre a constituição da CASES, apesar da alteração anteriormente referida, assim como nove anos sobre a criação do CNES – órgão de acompanhamento e de consulta do Governo no domínio das estratégias e das políticas públicas de promoção e de desenvolvimento da economia social, no qual a CASES prosseguirá o cumprimento das atribuições que lhe estão legalmente cometidas -, verifica-se a necessidade de promover uma reflexão aprofundada acerca dos seus objetivos e estrutura tendo em vista a elaboração de projetos de reforma de ambos no decurso do ano de 2020.

2.

Enquadramento Organizacional

2.1. Missão e Atribuições

A CASES é uma cooperativa de interesse público, constituindo uma entidade externalizada no âmbito do MTSSS, tendo sido autorizada a sua criação pelo Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril.

Missão	<p>Promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço da promoção do desenvolvimento socioeconómico do País, bem como a prossecução de políticas na área do voluntariado.</p>
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a constituição de entidades da economia social, divulgando a sua importância no desenvolvimento das áreas de atividade e comunidades onde se inserem; - Promover e difundir os princípios e valores prosseguidos pelas várias entidades da economia social; - Dinamizar a atividade económica e social do setor da economia social; - Fomentar o reconhecimento e capacitação institucional das entidades da economia social; - Promover e colaborar na dinamização da formação no setor da economia social, nomeadamente através do reforço da qualificação dos profissionais e da sustentabilidade das organizações do setor; - Promover o desenvolvimento de ações de divulgação do setor da economia social, reforçando a sua visibilidade; - Promover e apoiar a realização de estudos e investigação sobre o setor da economia social; - Promover e apoiar a criação e a atribuição de prémios; - Promover e colaborar com as instituições representativas das várias organizações do setor da economia social, assim como com instituições públicas e privadas, na prestação de apoio técnico, nos domínios, fiscal, legal e financeiro; - Promover a criação de parcerias entre as entidades da economia social, autarquias, agentes locais e redes sociais capazes de gerar novas dinâmicas no território;

Atribuições

- Celebrar acordos de cooperação e protocolos com entidades públicas e privadas de âmbito nacional e internacional;
- Emitir pareceres e pronunciar -se sobre propostas de legislação relativas ao setor da economia social - Incentivar a constituição de entidades da economia social, divulgando a sua importância no desenvolvimento das áreas de atividade e comunidades onde se inserem;
- Promover e difundir os princípios e valores prosseguidos pelas várias entidades da economia social;
- Dinamizar a atividade económica e social do setor da economia social;
- Fomentar o reconhecimento e capacitação institucional das entidades da economia social;
- Promover e colaborar na dinamização da formação no setor da economia social, nomeadamente através do reforço da qualificação dos profissionais e da sustentabilidade das organizações do setor;
- Promover o desenvolvimento de ações de divulgação do setor da economia social, reforçando a sua visibilidade;
- Promover e apoiar a realização de estudos e investigação sobre o setor da economia social;
- Promover e apoiar a criação e a atribuição de prémios;
- Promover e colaborar com as instituições representativas das várias organizações do setor da economia social, assim como com instituições públicas e privadas, na prestação de apoio técnico, nos domínios, fiscal, legal e financeiro;
- Promover a criação de parcerias entre as entidades da economia social, autarquias, agentes locais e redes sociais capazes de gerar novas dinâmicas no território;
- Celebrar acordos de cooperação e protocolos com entidades públicas e privadas de âmbito nacional e internacional;
- Emitir pareceres e pronunciar -se sobre propostas de legislação relativas ao setor da economia social;
- Elaborar, publicar e manter atualizada em sítio próprio a base de dados permanente das entidades da economia social;
- Participar nos conselhos, comissões ou grupos de trabalho nacionais ou internacionais com ligação ou interesse para o setor da economia social;
- Assegurar a criação e a manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional.
- Organizar e manter atualizado o Centro de Documentação e Informação António Sérgio.
- Fiscalizar a utilização da forma cooperativa, com respeito pelos princípios e normas relativos à sua constituição e funcionamento;
- Emitir, anualmente, credencial comprovativa da legal constituição e regular funcionamento das cooperativas;
- Requerer, através do Ministério Público, junto do tribunal competente, a dissolução das cooperativas que não respeitem, na sua constituição ou no seu funcionamento, os princípios cooperativos, que utilizem sistematicamente meios ilícitos para a prossecução do seu objeto e que recorram à forma de cooperativa para alcançar indevidamente benefícios fiscais ou outros atribuídos por entidades públicas;

Atribuições

- Requerer, junto do serviço do registo competente, o procedimento administrativo de dissolução das cooperativas cuja atividade não coincida com o objeto expresso nos estatutos;
- Recolher os elementos referentes às cooperativas ou organizações do setor cooperativo que permitam manter atualizados todos os elementos que se lhes referem, designadamente, os relativos à sua constituição, à alteração de estatutos, às atividades desenvolvidas, aos relatórios anuais de gestão e de prestação de contas;
- Assegurar, nos termos do Código Cooperativo, o procedimento de contraordenação e a aplicação de coimas.
- Desenvolver as ações adequadas ao conhecimento e caracterização do universo dos voluntários e das organizações promotoras de atividades de voluntariado;
- Emitir o cartão de identificação do Voluntário;
- Dinamizar ações de formação, bem como outros programas que contribuam para uma melhor qualidade e eficácia do trabalho voluntário, a título individual ou em articulação com as organizações promotoras de atividades de voluntariado;
- Conceder apoio técnico às organizações promotoras de atividades de voluntariado, mediante, nomeadamente, a disponibilização de informação com interesse para o exercício do voluntariado;
- Promover e divulgar o voluntariado como forma de participação social e de solidariedade entre os cidadãos, através dos meios adequados, incluindo os meios de comunicação social;
- Submeter para parecer, obrigatório e não vinculativo, o Plano de Atividades, nas matérias relativas à área do voluntariado, ao Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social.

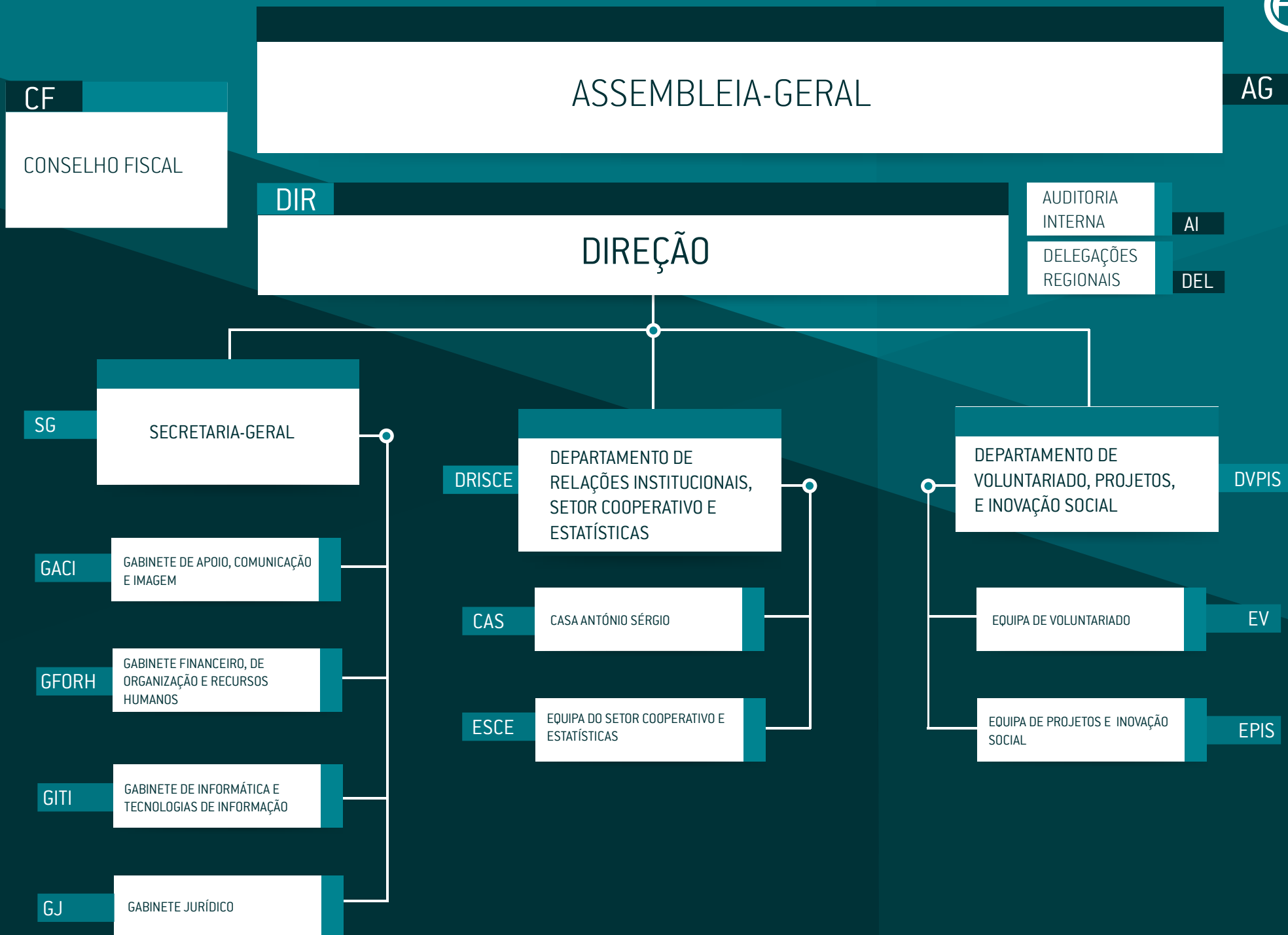
2.2. Visão e Valores

Visão

- Tornar a economia social num setor coeso e reconhecido pelos poderes e pela sociedade, fator de fortalecimento da democracia participativa e de construção de uma sociedade mais solidária.
- Dinamizar a intercooperação entre as organizações da economia social, através do diálogo permanente, promovendo a inovação social.
- Dinamizar parcerias entre o poder público e as organizações da economia social.

Valores

- Cooperação e intercooperação;
- Responsabilidade social e ambiental;
- Solidariedade, democracia e transparência.



3.

Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais 2020

3.1. Objetivos Estratégicos

Tendo por base a missão, atribuições e visão da CASES foram definidos quatro objetivos estratégicos:

OE 1.	Colocar a Economia Social na agenda política nacional, através da promoção do reconhecimento legal e institucional do setor
OE 2.	Reforçar a aliança entre o setor da Economia Social e o Estado, através da revitalização de modelos de interação entre o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado
OE 3.	Desenvolver um conjunto de programas, destinados a promover a criação de oportunidades para a modernização do setor da Economia Social
OE 4.	Promover e apoiar o voluntariado, o empreendedorismo social, e estimular a capacidade empreendedora dos/das cidadãos/ãs e das organizações, visando o desenvolvimento sustentável

3.2. Objetivos Operacionais

Para a consecução dos objetivos estratégicos *supra* identificados contribuem sete objetivos operacionais, considerados prioritários para o ano de 2020:

OOP 1.	Reforçar a capacitação das entidades da Economia Social
OOP 2.	Aumentar a visibilidade do setor da Economia Social
OOP 3.	Reforçar o setor cooperativo e potenciar a sua modernização
OOP 4.	Ampliar o conhecimento e os instrumentos estatísticos da Economia Social
OOP 5.	Potenciar o empreendedorismo e a inovação social
OOP 6.	Reforçar o voluntariado
OOP 7.	Consolidar a representação internacional

3.3. Articulação entre Objetivos Estratégicos e Operacionais

No quadro *infra* evidencia-se a articulação entre os objetivos estratégicos a prosseguir pela CASES e os objetivos operacionais propostos para o Plano de Atividades de 2020:

Objetivos Operacionais	Objetivos Estratégicos			
	OE 1. Colocar a Economia Social na agenda política nacional, através da promoção do reconhecimento legal e institucional do setor	OE 2. Reforçar a aliança entre o setor da Economia Social e o Estado, através da revitalização de modelos de interação entre o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado	OE 3. Desenvolver um conjunto de programas, destinados a promover a criação de oportunidades para a modernização do setor da Economia Social	OE 4. Promover e apoiar o voluntariado, o empreendedorismo social, e estimular a capacidade empreendedora dos/das cidadãos/ãs e das organizações, visando o desenvolvimento sustentável
OOP 1. Reforçar a capacitação das entidades da Economia Social			✓	✓
OOP 2. Aumentar a visibilidade do setor da Economia Social	✓	✓		
OOP 3. Reforçar o setor cooperativo e potenciar a sua modernização		✓	✓	
OOP 4. Ampliar o conhecimento e os instrumentos estatísticos da Economia Social	✓		✓	
OOP 5. Potenciar o empreendedorismo e a inovação social			✓	✓
OOP 6. Reforçar o voluntariado				✓
OOP 7. Aprofundar a representação internacional	✓			

3.4. Medidas para a Concretização dos Objetivos Operacionais

No início de 2010 foi finalizado o desenho institucional e organizacional da CASES dando-se início a um processo de encontro e descoberta mútua dos diversos subsectores da economia social em Portugal, herdeira de uma tradição histórica forte, durante muitas décadas constituída por uma nebulosa de organizações próximas, pelos princípios e valores comuns, mas distantes entre si, na ação prática, assim como na relação com os poderes públicos.

Dez anos passados – efeméride que será assinalada com uma exposição e um conjunto de sessões que se realizam nos dias 4, 5 e 6 de fevereiro de 2020 – e dando continuidade e renovando a missão da CASES como parceria público social, que congrega o Estado e seis entidades representativas da economia social, estabelecem-se os Objetivos Estratégicos e Operacionais para 2020, assim como as medidas que visam concretizá-los, num contexto cada vez mais exigente no que respeita, em particular, ao exercício de parcerias entre o Estado e o setor e no seio do próprio setor, após a criação da CPES.

A CASES, em consonância com a concretização das medidas que se apresentam de seguida, manterá o apoio e o incentivo às entidades e iniciativas que promovam a convergência institucional, modernização e ação prática do setor em prol do seu desenvolvimento, reforçando o papel da economia social no desenvolvimento socioeconómico do país.

OOP 1. Reforçar a capacitação das entidades da Economia Social

Com a operacionalização deste objetivo pretende-se promover a aquisição de conhecimentos e competências por parte dos/as dirigentes, quadros e trabalhadores/as das entidades da economia social, permitindo que estas entidades estejam cada vez mais capacitadas para responder aos desafios atuais e às exigências de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

A par procura-se dotar estas entidades, através de diferentes instrumentos, de condições que potenciem a modernização dos serviços prestados às comunidades e o reforço da sua atividade, bem como a modernização da gestão e reforço de tesouraria, permitindo, por esta via, impulsionar os seus projetos e melhorar a sua capacidade de resposta e de impacto na comunidade.

Assim, em 2020, para a concretização do Objetivo Operacional em referência, serão desenvolvidas as seguintes medidas:

M1. Apoiar o desenvolvimento de projetos das Entidades da Economia Social

Tendo em vista a promoção da capacitação institucional das entidades da economia social, serão asseguradas as seguintes atividades:

- Apoiar, financeiramente, projetos a apresentar pelos membros não públicos da CASES (Secção I do PAIE - Programa de Apoio Institucional às Entidades);
- Assegurar a atribuição, às entidades da economia social com assento no CNES, do apoio complementar ao apoio atribuído às ações aprovadas no âmbito da tipologia de operação “Reforço da Capacitação Institucional dos parceiros do CNES”, do eixo prioritário 3 do PO ISE. (Secção II do PAIE - Programa de Apoio Institucional às Entidades).
- Apoiar o funcionamento e consolidação da CPES, Confederação Portuguesa de Economia Social, enquanto entidade autónoma e independente

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de projetos apoiados (Secção I)	6	-	SG
Prazo para pagamento do apoio complementar, após receção do processo devidamente instruído (Secção II)	5 dias úteis	-	SG - GFORH

M2. Assegurar Formação para a Economia Social

Tendo como objetivo central a capacitação dos/as dirigentes, quadros e trabalhadores/as do setor pretende-se, através desta medida, a melhoria da sua qualificação, a consolidação e atualização de conhecimentos, bem como a aquisição de competências, designadamente nas áreas da gestão, comunicação e contabilidade. Integram-se nesta medida as seguintes linhas de atuação:

- Realização, no quadro do Programa de Formação para a Economia Social (FORMAES), do curso Gestão de Organizações da Economia Social (GOES), que visa a melhoria dos

procedimentos e competências de gestão e administração e a capacitação das organizações para a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

- Disponibilização de referenciais de formação e dos respetivos conteúdos programáticos;
- Consolidação da Bolsa de Formadores para a Economia Social, com a integração do voluntariado como área de formação, e sua divulgação junto das entidades do sector ou de entidades públicas ou privadas que, através de iniciativa autónoma e recursos próprios, promovem ações de formação e capacitação na área da economia social.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de ações de formação GOES realizadas	2	-	DVPIS - EPIS
Aumento do n.º de consultas à área da Formação no <i>site</i> da CASES	30%	10%	DVPIS - EPIS
Aumento do n.º de Formadores/as inscritos/as na Bolsa	15%	5%	DVPIS - EPIS

M3. Promover a Formação Pós-Graduada e Especializada na área da Economia Social

No âmbito da presente medida, pretende-se divulgar ofertas de formação e promover a participação das entidades cooperadoras da CASES ou suas associadas em mestrados, pós-graduações ou cursos especializados, designadamente nos domínios da organização e da gestão de entidades da Economia Social.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de mestrados, pós-graduações ou cursos especializados promovidos	5	-	SG - GACI

M4. Realizar a 4.ª Edição da Academia Y.ES

Enquadrada no Projeto Y.ES – Diz Sim à Economia Social, a Academia Y.ES tem por objetivo central a sensibilização e formação nos temas da Economia Social, pretendendo facilitar a aquisição de conhecimentos e competências que favoreçam o desenvolvimento de projetos de base coletiva, associativa e cooperativa.

A iniciativa será realizada, em 2020, na Região Centro e terá como destinatários/as pessoas com idade compreendida entre os 18 e os 40 anos, detentoras de uma ideia de projeto ou de um projeto em fase de estruturação/ implementação no âmbito da Economia Social, bem como técnicos/as das entidades cooperadoras da CASES que pretendam criar ou consolidar uma ideia de projeto a desenvolver no âmbito das suas organizações.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de participantes inscritos	20	5	SG/ DVPIS -EPIS
Taxa de conclusão da formação	90%	5%	SG/ DVPIS -EPIS

M5. Capacitar as Entidades da Economia Social para a Avaliação do Impacto Social

No quadro da parceria com a Fundação Montepio, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a 4 Change, serão apoiados percursos de aprendizagem constituídos por um ciclo de *webinars*, *workshops* presenciais e três meses de mentoria intensiva, culminantes na realização de um protótipo de avaliação de impacto com base na metodologia SROI – Social Return on Investment.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de projetos que finalizam o processo da prototipagem SROI	5	-	SG/ DVPIS -EPIS
N.º de entidades participantes no ciclo de <i>webinars</i>	100	10	SG/ DVPIS -EPIS

M6. Promover os Mecanismos de Acesso a Financiamento

Atento o potencial do Programa Social Investe - que visa facilitar o acesso a financiamento por parte de entidades da Economia Social – para a modernização da gestão e reforço de tesouraria e, bem assim, para a modernização dos serviços e o reforço da atividade em áreas já existentes ou em novas áreas de intervenção, serão operacionalizadas as seguintes ações:

- Avaliação das condições de operacionalização do Programa, atendendo aos demais produtos disponíveis, de forma a identificar e evidenciar potenciais fatores de

diferenciação mais apelativos e com maior capacidade de desenvolvimento das atividades de natureza social e solidária das entidades da economia social;

- Divulgação do Programa junto das entidades parceiras da CASES, das entidades da economia social potenciais utilizadoras da linha de crédito e das entidades bancárias, através da realização de ações de sensibilização e esclarecimento, da disseminação de materiais de informação e de suporte e da divulgação de boas práticas.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de relatórios de avaliação apresentados	1	-	DPVIS - EPIS
N.º de sessões de sensibilização realizadas	4	-	DPVIS - EPIS

OOP 2. Aumentar a visibilidade do setor da Economia Social

Com a operacionalização deste objetivo pretende-se reforçar a visibilidade do setor e promover o reconhecimento do seu papel na criação de riqueza e de emprego e na promoção da coesão social, através de um conjunto de iniciativas que procuram concorrer para o reconhecimento público do setor.

Em 2020, para a concretização do presente Objetivo Operacional, serão desenvolvidas as seguintes medidas:

M7. Realizar a IX Edição do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio

O Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, instituído pela CASES em 2012, constitui uma forma pública e solene de homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido no setor da economia social.

Para além das categorias já existentes (Inovação e Sustentabilidade; Estudos e Investigação; Trabalhos de Âmbito Escolar; Formação Pós-Graduada; Trabalhos Jornalísticos; e Prémio de Honra Personalidade do ano) deverá preparar-se em 2020 uma nova categoria de “Estudos e Investigação na Lusofonia”, em parceria com a CPLP/OCPLP.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de candidaturas submetidas	60	6	DRISCE

M8. Promover a Casa António Sérgio

A CAS, onde viveu António Sérgio, é uma unidade orgânica da CASES onde, a partir de 1988, após um longo período de realização de obras de reestruturação, ficaram depositadas as Bibliotecas do INSCOOP e de António Sérgio. À CASES compete a responsabilidade pela conservação e organização do espólio de António Sérgio de Sousa, ao qual se vieram juntar outros fundos, situação que se mantém até hoje.

No âmbito da sua atuação, estão previstas as seguintes ações:

- Criação do Centro de Estudos António Sérgio, através de protocolo a celebrar com o Centro de História da Universidade de Lisboa, tendo em vista o aprofundamento do estudo da vida e obra de António Sérgio e sua divulgação, nos planos nacional e internacional;
- Estabelecimento de contactos com Arquivos e Bibliotecas nas áreas de Economia Social e Cooperativismo a nível internacional para efeitos de constituição de parcerias, tendo em vista a realização de ações conjuntas;
- Consolidação do catálogo em linha da CAS (<https://cdiantoniosergio.cases.pt>), através da continuação da catalogação das obras pertencentes à BAS (Biblioteca António Sérgio) e das novas obras que venham a integrar a Biblioteca de Economia Social.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
Prazo para a celebração do protocolo com o Centro de História da Universidade de Lisboa	30-06-2020	-	DRISCE - CAS
N.º de parcerias internacionais	1	-	DRISCE - CAS
N.º de exemplares catalogados	1.000	50	DRISCE - CAS

M9. Reforçar a Comunicação Digital

A divulgação do setor da economia social constitui uma das atribuições da CASES, pelo que se exige a implementação de uma comunicação direcionada, por um lado, para o próprio setor, e, por outro lado, para o público em geral.

Considerando o potencial das Tecnologias de Comunicação e Informação, torna-se fundamental a aposta na comunicação digital e na utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, tendo em vista uma divulgação do setor mais célere e de maior proximidade.

Neste âmbito, prevê-se desenvolver as seguintes ações:

- Divulgação da *Newsletter* institucional e da Revista ES;
- Reestruturação do *website* da CASES, de forma a torná-lo mais intuitivo e apelativo, e criação de página de Instagram para uma divulgação mais efetiva do setor;
- Dinamização do *website* e das redes sociais institucionais, através do desenvolvimento de novos conteúdos com interesse para o setor e da divulgação de iniciativas desenvolvidas pela CASES e por entidades da economia social.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de Newsletters e de edições da Revista publicados	15	-	SG – GACI - GITI
Prazo criação de página de Instagram	29-02-2020	-	
Aumento do n.º de visualizações no <i>website</i> e de interações nas redes sociais	15%	5%	SG – GACI - GITI

OOP 3. Reforçar o setor cooperativo e potenciar a sua modernização

Com a operacionalização deste objetivo pretende-se reforçar o espírito cooperativo, incentivar o cooperativismo, fomentar a modernização das suas estruturas e assegurar a sua legal constituição e regular funcionamento, potenciando a adoção de práticas consentâneas com os valores e os princípios cooperativos e em cumprimento das disposições legais que lhes são aplicáveis.

Neste sentido, em 2020, para a concretização do presente Objetivo Operacional, prevê-se o desenvolvimento de cinco medidas, de seguida identificadas.

M10. Apoiar a Criação de Cooperativas por Jovens

Aliando a promoção do modelo cooperativo à criação do emprego jovem - promovendo, dessa forma, o rejuvenescimento do movimento cooperativo - em 2020 será lançada uma nova medida de apoio à criação de cooperativas, operacionalizada com recurso a verbas provenientes dos Programas Operacionais Regionais (PO Regionais), através da qual se pretende vir a apoiar 113 projetos no âmbito do setor cooperativo.

Assim, prevê-se que, durante 2020, sejam desenvolvidas as ações necessárias ao planeamento e preparação da medida, designadamente:

- Criação dos instrumentos legais necessários;
- Preparação das candidaturas aos PO Regionais;
- Preparação das condições de operacionalização necessárias ao desenvolvimento da medida;
- Lançamento dos Avisos de concurso regionais.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de instrumentos de regulamentação criados	2	-	DVPIS - EPIS/ SG - GJ
N.º de candidaturas apresentadas aos PO	5	1	DVPIS - EPIS
N.º de Avisos lançados	5	1	DVPIS - EPIS

M11. Promover o Regular Funcionamento das Cooperativas

Observados os atos de comunicação obrigatórios por parte das cooperativas (artigo n.º 116, do Código Cooperativo) compete à CASES atestar, anualmente, a legal constituição e regular funcionamento das cooperativas, através da emissão da Credencial (art.º 117.º do Código Cooperativo).

Complementarmente, e tendo em vista concorrer para a conformidade da constituição e funcionamento das cooperativas, a CASES disponibiliza apoio jurídico, designadamente em matéria de estatutos e regulamentos internos.

Assim, visando garantir o cumprimento do estipulado em sede de Código Cooperativo e de forma a aumentar o número de processos validados e, bem assim, o número de credenciais emitidas (prevendo-se um acréscimo significativo de credenciais emitidas face a 2019 – de 920 para 1.000), serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Concretização do plano de ações de sensibilização, através da emissão de comunicados visando o esclarecimento dos órgãos de administração das cooperativas, tendo em vista o cumprimento das obrigações destas para com a CASES, nomeadamente a realização atempada das assembleias gerais para a aprovação e votação do relatório de gestão e documentos de prestação de contas e sobre o registo no Portal de Credenciação às cooperativas recém-constituídas;
- Prestação de apoio jurídico em matéria de constituição e funcionamento de cooperativas, designadamente através da emissão de pareceres e realização de atendimentos.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de ações de sensibilização	15	2	DRISCE - ESCE
Taxa de cooperativas recém-constituídas registadas no Portal de Credenciação	90%	5%	DRISCE - ESCE
N.º de pedidos de credencial	1.100	100	DRISCE - ESCE
Taxa de crescimento de credenciais emitidas	8,5%	3%	DRISCE - ESCE
Prazo médio para a emissão dos pareceres jurídicos	10 dias úteis	2 dias úteis	SG - GJ

M12. Promover a Alteração da Legislação Complementar que Regula os Ramos do Setor Cooperativo

Nos termos do no n.º 1 do artigo 4.º do Código Cooperativo, a regulamentação dos diversos ramos cooperativos é enformada por legislação complementar. Tendo em vista ultimar este processo, em 2020, serão concretizadas as seguintes ações:

- Realização de reuniões com as entidades representativas dos diferentes ramos cooperativos, na sequência da consulta realizada em 2019;
- Ultimação da proposta de Diploma(s) que regulamenta(m) os ramos do setor cooperativo, incluindo o ramo de crédito, adequando os regimes jurídicos em vigor aos desafios atuais.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de reuniões com entidades representativas	3	-	SG - GJ
N.º propostas de legislação apresentadas	1	-	SG - GJ

M13. Desenvolver um Programa de Incentivos ao Cooperativismo em Territórios do Interior

A litoralização progressiva do país, acentuada pela tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior, convoca-nos para a procura urgente de soluções que contrariem uma trajetória insustentável.

Nesse âmbito, as cooperativas pelas suas características, podem desempenhar um papel essencial na criação de emprego e na promoção dos recursos locais, concorrendo para uma resposta mais efetiva aos desafios atuais.

Por ser assim, pretende-se lançar as bases de operacionalização de um programa de incentivos à criação de cooperativas e de qualificação e reforço das cooperativas existentes, em territórios do interior. Esta medida será implementada através das seguintes ações:

- Elaboração de relatório de quantificação e caracterização das cooperativas sediadas nestes territórios, feito em colaboração com as confederações cooperativas, CONFAGRI e CONFECOOP;
- Conceção e apresentação de proposta de programa de incentivos.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
Prazo para finalização do relatório	31-03-2020	-	DRISCE - ESCE
Prazo para apresentação de uma proposta preliminar de programa	30-06-2020	-	DRISCE/DVPIS
Prazo para apresentação de uma proposta final de programa	30-09-2020	31-10-2020	DRISCE/DVPIS

M14. Promover a Desmaterialização do Arquivo Cooperativo

Com a implementação, em 2015, do sistema de credenciação *online*, foi desmaterializado o envio à CASES dos atos de comunicação obrigatória por parte das cooperativas. Desde então, tem vindo a ser realizada a digitalização de toda a documentação entregue no período anterior a 2015, tendo em vista, quer a desmaterialização total deste processo, quer a disponibilização *online* às próprias cooperativas, simplificando o acesso ao histórico da sua documentação.

Do total de cerca de 280.000 páginas a digitalizar, pretende-se atingir, em 2020, as 215.000 mil páginas digitalizadas.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
Taxa de arquivo cooperativo digitalizado (acumulado)	77%	1%	DRISCE - ESCE

OOP 4. Ampliar o conhecimento e os instrumentos estatísticos da Economia Social

Um conhecimento aturado e detalhado da economia social é premissa essencial, quer para o reconhecimento e visibilidade do setor, quer para a definição de medidas de política pública que lhe sejam adequadas. Só o conhecimento do universo de intervenção possibilita intervir de forma eficiente.

Assente neste pressuposto, em 2020 serão operacionalizadas duas medidas essenciais ao reforço do conhecimento e dos instrumentos estatísticos do setor da economia social:

M15. Potenciar a Produção e Divulgação da Informação Estatística do Setor

Com o objetivo de aprofundar e ampliar o conhecimento do setor da Economia Social, em 2020, será dada particular atenção à produção e divulgação de informação estatística.

Para o efeito, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Divulgação nacional e internacional dos resultados e metodologias associados à Conta Satélite da Economia Social 2016, lançada em 2019;
- Celebração de um novo protocolo com o INE tendo em vista a elaboração da CSES, com dados de 2019;
- Análise, em articulação com o INE, dos resultados ainda não divulgados do Inquérito para o Setor da Economia Social (ISES), tendo em vista a sua divulgação;
- Produção e divulgação de informação estatística, com base na informação disponível no Portal de Credenciação.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de ações de divulgação da CSES	3	-	DRISCE - ESCE
Prazo para estabelecimento do protocolo com o INE relativo à CSES	31-12-2020	-	DRISCE - ESCE
Prazo para divulgação de módulos do ISES	31-12-2020	-	DRISCE - ESCE
N.º de relatórios criação e de extinção de cooperativas	15	-	DRISCE - ESCE
N.º de relatórios sobre as 100 maiores cooperativas	1	-	DRISCE - ESCE

M16. Criar a BDPESS

No âmbito das suas atribuições legais, compete à CASES elaborar, publicar e manter atualizada em sítio próprio uma BDPEES. Em 2019, mediante protocolo, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa disponibilizou à CASES, a título definitivo e gratuito, uma base de dados de organizações do setor da economia social, construída internamente, que se pretende que venha a servir de base à BDPEES.

Assim, em 2020, serão efetuadas as diligências necessárias à entrada em produção da Base de Dados permanente, sendo, para o efeito, desenvolvidas as seguintes atividades:

- Estabelecimento de protocolo com o Instituto de Informática, I.P., tendo em vista o alojamento da Bases de Dados;

- Estabelecimento de protocolos de interconexão eletrónica de dados com as entidades públicas com competências em matéria de registo e reconhecimento de entidades da economia social;
- Preparação da Base de Dados para a interconexão de dados.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de protocolos estabelecidos com entidades públicas	5	1	DRISCE - ESCE
Prazo para adequação da Base de Dados	30-06-2020	31-07-2020	DRISCE - ESCE
Prazo para a criação de plataforma <i>online</i> para acesso público à BDPEES	31-12-2020	-	DRISCE - ESCE

OOP 5. Potenciar o empreendedorismo e a inovação social

Atenta a importância do empreendedorismo social e dos formatos inovadores em que este se materializa, a concretização deste objetivo assenta quer nos instrumentos financeiros facilitadores de práticas empreendedoras, quer nas novas formas e formatos passíveis de serem adotados no desenvolvimento de projetos.

Assim, a par do desenvolvimento de ações de divulgação sobre o setor da economia social, da disponibilização de informações de apoio ao empreendedorismo e à inovação social, e da preparação de conteúdos e orientações sobre as matérias objeto de intervenção da CASES, para a prossecução do objetivo em apreço, destacam-se, para 2020, três medidas essenciais:

M17. Impulsionar o PNM - SOU MAIS

O Programa SOU MAIS consiste no apoio à concretização de projetos, quer por parte de promotores/as em risco de exclusão social, quer de microentidades, permitindo, assim, o acesso ao crédito através de um financiamento de pequeno montante a grupos que, de outra forma, dificilmente poderiam criar o seu próprio negócio ou alavancar a atividade existente.

Neste sentido, prevê-se impulsionar o Programa através das seguintes ações:

- Conceção e concretização de campanha de divulgação do Programa junto de potenciais promotores/as de projetos, de microentidades, de estruturas de apoio e de promoção do empreendedorismo, bem como junto das entidades bancárias;
- Lançamento de uma nova área dedicada ao PNM no *site* da CASES e criação de uma página *Facebook* dedicada ao programa;
- Realização de ações de divulgação junto de grupos específicos, em particular pessoas em risco de exclusão social, nomeadamente reclusos/as;
- Articulação direta com as entidades bancárias, visando reforçar o conhecimento do Programa e sensibilizar para o cumprimento das condições acordadas no Protocolo da Linha MICROINVESTE;
- Estabelecimento de parceria com a Caixa Geral de Depósitos para reforço das condições de acesso ao Microcrédito
- Participação na realização de um estudo compreensivo do impacto do microcrédito em Portugal com o consórcio Universidade de Coimbra / Universidade da Beira Interior.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de campanhas de divulgação - conceção e operacionalização	1	-	DVPIS - EPIS
Taxa de crescimento de projetos candidatos ao PNM	20%	5%	DVPIS - EPIS
N.º de ações de sensibilização	13	3	DVPIS - EPIS
N.º de reuniões com entidades bancárias	7	2	DVPIS - EPIS

M18. Reforçar o Apoio Técnico Local a Empreendedores

O apoio técnico prestado no âmbito do PNM tem um papel fundamental na capacitação dos/as empreendedores/as, permitindo um acompanhamento personalizado do projeto, desde a sua fase inicial, e potenciando, dessa forma, as suas possibilidades de êxito.

Reconhecendo a sua importância, em 2020, pretende-se desenvolver as seguintes ações, consideradas essenciais ao seu reforço:

- Alargamento da Rede de ECPAT em territórios com deficiente cobertura de apoio;
- Implementação de sistema de avaliação das ECPAT, com o objetivo de monitorizar o trabalho desenvolvido e, conseqüentemente, desenvolver ações que visem reforçar a capacitação das entidades e das suas equipas técnicas, melhorando o seu desempenho.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de novas entidades credenciadas para prestação de apoio técnico	5	1	DVPIS - EPIS
Prazo para a aplicação de questionário de avaliação da prestação de apoio técnico	30-06-2020	31-07-2020	DVPIS - EPIS
Prazo para elaboração de relatório de avaliação	15-12-2020	31-12-2020	DVPIS - EPIS

M20. Promover a Criação do Estatuto de Empresa Social

A figura da Empresa Social tem vindo a ser persistentemente abordada por parte das instituições da UE, quer em termos de contexto caracterizador de um dos tipos de Entidade da Economia Social, quer em termos de financiamento europeu a essas entidades.

Acresce que a Comissão Europeia está pressionada a desenhar uma estratégia para a Economia Social incorporando, potencialmente, conceitos, realidades e orientações divergentes das promovidas pelo sector da economia social em Portugal.

Contudo, pese embora a LBES não assuma a existência da figura da empresa social, permite-a no âmbito da alínea h) do seu artigo 4.º.

Assim, podendo a empresa social constituir-se como elemento promotor de inovação social, importa proceder à sua delimitação concetual, diferenciando-a da responsabilidade social empresarial e harmonizando-a com os princípios orientadores por que se devem reger as entidades da economia social. Nesse sentido, em 2020 será promovida a criação de um Grupo de Trabalho para efeitos de delimitação do conceito e estabelecimento de processo de reconhecimento das empresas sociais.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
Prazo para apresentação ao Governo de projeto de estatuto de empresa social	30-09-2020	31-10-2020	DRISCE/ SG - GJ

OOP 6. Reforçar o Voluntariado

O voluntariado assume crescentemente um papel decisivo no reforço da coesão social e na promoção da cidadania, enquanto promotor de práticas comunitárias, aproximando os cidadãos em torno de causas comuns, solidárias e integradoras do indivíduo na vida coletiva.

Atenta a importância de que se reveste, bem como o potencial que encerra, e tendo presente as competências da CASES nesta área de política, em 2020, será dada prioridade ao reforço da promoção e divulgação desta atividade.

A concretização desse objetivo assentará em duas linhas de atuação essenciais: promoção da prática de voluntariado e promoção dos instrumentos de medida públicas existentes, cuja estratégia de operacionalização será enformada num Plano de Comunicação e cuja expressão tangível se encontra nas medidas que de seguida se explicitam.

M20. Proceder à Revisão do Enquadramento Legal

No âmbito do apoio à prática do voluntariado em Portugal importa a definição de um novo enquadramento legal que clarifique e agilize as regras associadas ao desenvolvimento desta atividade, materializado através da alteração à regulamentação da Lei do Voluntariado, integrando aspetos relevantes como o reconhecimento do voluntariado informal, ocasional/esporádico, a explicitação da participação dos menores, entre outros.

Assim, para o efeito, em 2020 serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Articulação com as estruturas representativas do voluntariado em Portugal, de forma a definir uma proposta de revisão;
- Elaboração da proposta preliminar de revisão da regulamentação da LBV.

M21. Reforçar a Identidade do Voluntariado

A promoção do reconhecimento coletivo é potenciada pela constituição de identidades. A área do voluntariado não é alheia a esta premissa: a criação de uma identidade para os/as

voluntários/as ou para o voluntariado é fundamental para o processo de reconhecimento coletivo do seu potencial, enquanto área de intervenção social.

Por ser assim, e tendo com objetivo último o reconhecimento do voluntariado, a par do apoio ao funcionamento da Confederação Portuguesa de Voluntariado, enquanto estrutura representativa do voluntariado em Portugal, serão efetuadas as diligências necessárias à constituição de uma identidade, que defina os elementos próprios que compõem a prática e os/as praticantes do voluntariado, os seus valores ou as posturas que devem ser adotadas em diferentes situações, sendo, para o efeito, operacionalizadas as seguintes atividades em 2020:

- Criação de um código de ética do voluntariado, tendo em vista consolidar a imagem desta atividade, dando a conhecer a todos os atores os valores e princípios que a norteiam e clarificando as regras de conduta que devem orientar o seu exercício;
- Revisão e reedição do Guia de Voluntário, editado pelo Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), adaptando-o às novas realidades e formas de voluntariado e integrando informações relativas às atribuições da CASES e à utilização da Plataforma Portugal Voluntário;
- Revisão e reedição, em formato digital, do Manual de Formação de Formadores, editado pelo CNPV;
- Criação do Prémio CASES Voluntariado para reconhecimento público das Organizações Promotoras de Voluntariado e Entidades representativas do Voluntariado que, em cada ano, mais se tenham distinguido na prática do voluntariado, na implementação de ações e na promoção do voluntariado;
- Criação e distribuição de um Kit de Voluntariado aos/as voluntários/as inscritos e integrados em ações de voluntariado, através da Plataforma Portugal Voluntário, que integre diferentes elementos potenciadores de uma identidade própria;
- Realização de um Encontro Nacional do Voluntariado que envolva as organizações, outras estruturas ou municípios no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos/as Voluntários/as;
- Reestruturação da área relativa ao Voluntariado no *site* da CASES e criação de uma página *Facebook* dedicada.

M22. Reforçar o Papel dos Bancos Locais de Voluntariado e das Bolsas de Voluntariado

Os BLV são estruturas locais, próximas das populações e conhecedoras das realidades locais, fundamentais para a promoção e expansão do voluntariado, uma vez que facilitam, de forma flexível e descentralizada, o encontro entre aqueles que querem exercer esta atividade e as organizações que o promovem.

Existindo desde 2002, estes mecanismos têm-se revelado essenciais para a promoção local desta atividade, pelo que se torna essencial a promoção destas entidades e do trabalho por elas desenvolvido.

Reconhecendo assim a sua importância, em 2020, pretende-se desenvolver as seguintes ações, consideradas essenciais ao seu reforço:

- Alargamento da Rede de Bancos Locais através do estabelecimento de novos protocolos;
- Reforço do apoio técnico e do acompanhamento aos Bancos Locais e Bolsas de Voluntariado com vista a uma uniformização de procedimentos que permita a ligação em rede e a superação das dificuldades técnicas que possam surgir;
- Criação de recursos e disponibilização direta aos BLV, para conhecimento e aferição dos/as voluntários/as e organizações promotoras de voluntariado acompanhados e identificação das melhores práticas;
- Divulgação do trabalho dos BLV e dos municípios que os enquadram, através da identificação e disseminação de boas práticas: realização de entrevistas para recolha de informações, testemunhos e boas práticas e consequente disseminação nas redes sociais e meios de comunicação disponibilizados pela CASES.

M23. Projetar a Plataforma Portugal Voluntário e as Medidas Públicas para o Voluntariado

A CASES tem-se afirmado na área do Voluntariado quer através de atividades de informação e sensibilização para a prática de voluntariado de forma qualificada, responsável e dinâmica, quer através da criação e disponibilização de instrumentos de apoio ao desenvolvimento da

atividade, dos quais se destacam a medida de Apoio ao Voluntariado, vulgo medida de apoio ao seguro, e a Plataforma Portugal Voluntário.

Assim, no âmbito da estratégia de promoção do voluntariado, considera-se essencial a conceção e concretização de um plano de comunicação mais efetivo, que divulgue e promova a prática de voluntariado e as medidas de apoio disponíveis e estabeleça a Plataforma Portugal Voluntário como ferramenta privilegiada no desenvolvimento de ações de voluntariado em Portugal, e que assentará nas seguintes atividades a desenvolver em 2020:

- Dinamização de encontros, sessões de sensibilização e promoção da Medida de Apoio ao Voluntariado e da Plataforma Portugal Voluntário junto das Organizações Representativas da Economia Social membros da CASES, e de outras, por forma a estabelecer parcerias na divulgação da Plataforma potenciando a sua utilização;
- Realização de sessões informativas, de sensibilização e promoção da Medida de Apoio ao Voluntariado e da Plataforma Portugal Voluntário nos diferentes territórios, junto de organizações promotoras de voluntariado com maior dinamismo e visibilidade;
- Criação de uma Brochura digital “O Essencial sobre o Voluntariado. Consulte a Plataforma Portugal Voluntário”, na qual se apresentem informações relativas ao voluntariado, às Medida de Apoio ao Voluntariado e à Plataforma Portugal Voluntário, entre outras;
- Divulgação da Plataforma Portugal Voluntario através de especialistas de influência de opinião pública, sejam *Bloggers* ou profissionais da área da comunicação;
- Divulgação da Plataforma nas Redes Sociais, designadamente no *Facebook*;
- Preparação e realização de um *Roadshow* pelas Universidades e outros polos de ensino para promoção da Plataforma, dando a conhecer o papel do Voluntário junto da população juvenil.

Indicadores OOP6	Metas	Tolerância	UO
Prazo para a apresentação de proposta preliminar de revisão legislativa	30-04-2020	31-05-2020	DVPIS – EV/ SG - GJ
N.º de produtos / materiais produzidos e divulgados na área do Voluntariado	5	1	DVPIS – EV/ SG - GACI
Prazo para a apresentação de proposta preliminar de regulamentação do Prémio	30-08-2020	-	DVPIS - EV
N.º de protocolos celebrados com novos BLV	3	1	DVPIS - EV

Indicadores OOP6 (cont.)	Metas	Tolerância	UO
Taxa de crescimento do apoio técnico (solicitações) a BLV	20%	5%	DVPIS - EV
Taxa de execução das medidas previstas no Plano de Comunicação	85%	15%	DVPIS – EV/ SG - GACI
N.º de Voluntários abrangidos pela Medida de Apoio ao Voluntariado	250	25	DVPIS - EV
Taxa de crescimento de registos de utilizadores/as da Plataforma Portugal Voluntário	25%	5%	DVPIS - EV

OOP 7. Consolidar a representação internacional

Um objetivo fundamental da CASES para 2020 é o aprofundamento das Relações Internacionais. Este desígnio justifica-se não apenas pela maior importância e notoriedade do setor da economia social a nível europeu e internacional - ilustrado pela adoção pela Comissão Europeia de um Plano de Ação para a Economia Social - como também pela PPUE21, no primeiro semestre de 2021.

Com efeito, a economia social é uma realidade incontornável na realidade europeia, representando 6,3% do emprego remunerado da população ativa da UE-28 tratando-se de um setor que foi mais resiliente à crise económica e financeira, sendo também garante da prossecução do compromisso assumido pela UE relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e permitindo que as novas gerações, com crescentes preocupações sociais e ambientais, possam realizar-se enquanto empreendedores/as e cidadãos/ãs de uma democracia participativa.

M24. Reforçar a Cooperação Internacional

Em 2020 serão desenvolvidas as ações necessárias ao posicionamento mais central de Portugal no debate internacional e na partilha de experiências no âmbito do setor da economia social, reforçando a sua visibilidade e reconhecendo o seu potencial inovador.

Assim, a par do acompanhamento da atividade das entidades em que é filiada - designadamente, Aliança Cooperativa Internacional (ACI), *Cooperatives Europe*, *Social Economy Europe* (SEE), Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa (OCPLP), em que se prevê a manutenção da presidência por parte da CASES – e das ações que assegurem, no âmbito do Memorando de Cooperação e Assistência Técnica em Matéria de Política Social, Emprego e Segurança Social entre os Governos de Portugal e Espanha, o intercâmbio contínuo de informação entre os dois países relativamente a temáticas de emprego, internacionalização e incentivos estatais no âmbito do setor, em 2020 serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Realização, em articulação com o MTSSS, de reuniões e contactos preparatórios para a definição das atividades a realizar no decurso da PPUE21, que incluirão iniciativas sobre temáticas da Economia Social;
- Realização de reuniões de trabalho para preparação da Academia de Economia Social e Solidária da OIT em Portugal, em 2021, em articulação com o Escritório da OIT em Lisboa;
- Acompanhamento do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo (em articulação com o MTSSS), tendo como objetivo assegurar a presidência do Comité em 2021 por parte de Portugal, em concomitância com a PPUE21;
- Realização de um diagnóstico para identificar e escolher uma cidade portuguesa a candidatar para capital europeia da economia social no ano de 2021;
- Participação, em representação do Governo, no Grupo de Peritos sobre Economia Social da Comissão Europeia (GECES) e na Rede Euro Mediterrânea de Economia Social (ESMED);
- Preparação e realização de um Encontro, em Lisboa, entre entidades representativas da economia social de Portugal e Espanha, no quadro do Memorando de Cooperação e Assistência Técnica em Matéria de Política Social, Emprego e Segurança Social entre os Governos de Portugal e Espanha.

Indicadores	Metas	Tolerância	UO
N.º de reuniões/iniciativas de preparação da PPUE21	3	1	DRISCE
N.º de reuniões/iniciativas de preparação da Academia OIT	4	1	SG/DRISCE

Indicadores (cont.)	Metas	Tolerância	UO
N.º de participações em reuniões internacionais promovidas por entidades de que a CASES é membro	3	1	DRISCE
N.º de participações em reuniões de grupos de trabalho internacionais	2	1	DRISCE
Prazo para a realização do Encontro entre entidades representativas da economia social de Portugal e Espanha	30-06-2020	30-09-2020	DRISCE
N.º de iniciativas de intercâmbio de informação entre Portugal e Espanha	4	-	DRISCE

4.

Recursos Humanos

A estrutura de recursos humanos a adotar no decurso de 2020 procura garantir a capacidade

Cargo/Carreira/Categoria	Número de postos de trabalho	Nomeação	CIT	CTFP
Direção superior de 1º grau	1	1	-	-
Direção superior de 2º Grau	2	2	-	-
Técnico/a superior	25	-	24	1
Assistente técnico/a	6	-	1	5
Assistente operacional	2	-	1	1
Informático/a	1	-	-	1
Total	37	3	26	8

técnica e operacional da organização, tendo em vista o cumprimento dos objetivos da CASES.

Mapa de Pessoal da CASES – 2020

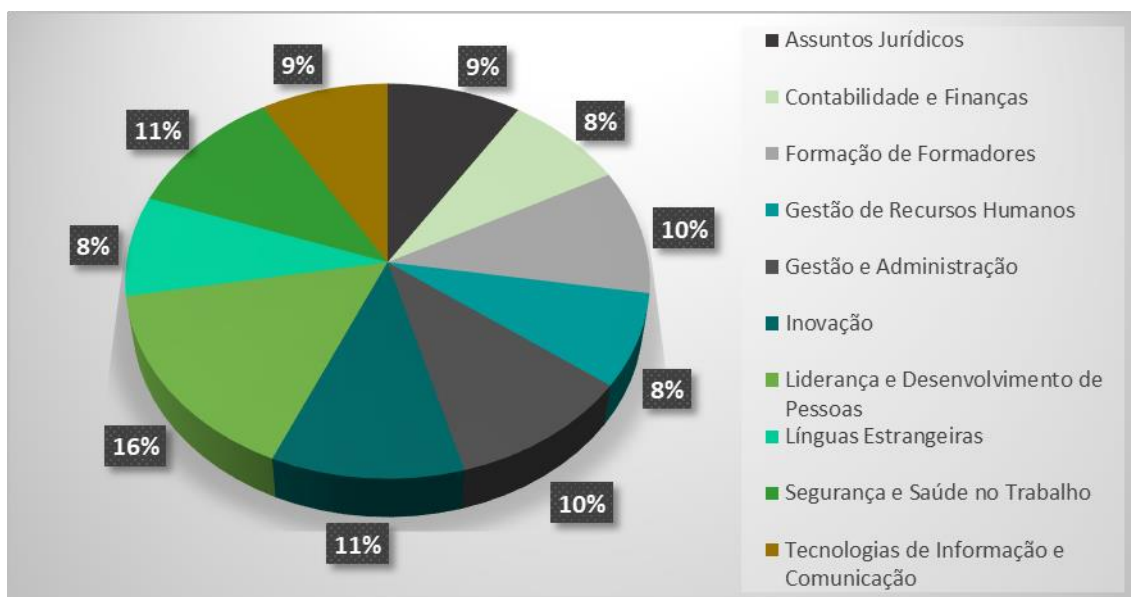
A promoção da igualdade de género, direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), manter-se-á como ponto transversal ao nível da política de recursos humanos da CASES, através de medidas que favoreçam a conciliação das responsabilidades profissionais com a vida familiar e pessoal, cuja previsão deverá constar do Regulamento Interno, o qual, no decorrer do ano de 2020, será objeto de revisão.

Ainda no âmbito da política de recursos humanos da CASES, prevê-se a contratação de um seguro de saúde para efeitos de reforço da proteção dos/as trabalhadores/as com contrato individual de trabalho.

Atendendo às competências e conhecimentos considerados como mais relevantes para a intervenção dos/as trabalhadores/as nas atividades e projetos a prosseguir pela CASES em 2020, bem como no âmbito do diagnóstico de necessidades formativas efetuado em 2019,

prevê-se a participação da CASES nas ações de formação integradas, por um lado, no programa formativo promovido pela Secretaria-Geral do MTSSS, e, por outro lado, no programa interno de formação.

Distribuição das Necessidades de Formação por Áreas de Competências



5.

Recursos Financeiros

O orçamento de exploração da CASES para o exercício de 2020 tem em consideração a qualificação da CASES como Entidade Pública Reclassificada (EPR), da qual resulta a sujeição às disposições orçamentais aplicáveis ao setor público administrativo. No decorrer do ano de 2015, a CASES foi enquadrada no regime simplificado de prestação de contas integradas em Orçamento de Estado.

Não obstante a CASES, em termos jurídico-administrativos, revestir a natureza jurídica de “cooperativa de interesse público” (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril), sendo uma entidade externalizada do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro), para efeitos orçamentais é reconhecida como EPR, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro).

Com efeito, a autoridade estatística nacional – INE – incluiu a CASES na lista de entidades que, por referência ao ano de 2013, integram o Setor Institucional das Administrações Públicas para efeitos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais – SEC 95.

Sendo a CASES uma cooperativa de interesse público, conforme os estatutos, compete à Assembleia Geral apreciar e aprovar anualmente, após parecer do Conselho Fiscal, os Planos de Atividades e Orçamentos, assim com os Relatórios de Gestão e Contas. Os Planos de Atividades e Orçamentos, assim como os Relatórios de Gestão e Contas, desde 2010, foram aprovados por unanimidade. De referir que os Relatórios de Gestão e Contas são, anualmente, remetidos ao Tribunal de Contas.

O Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro, que autorizou a criação da CASES, prevê no seu n.º 2 do art.º 14.º, que “a partir do ano de 2010, o membro do governo responsável pela área do trabalho e da solidariedade social inscreve no orçamento da segurança social, ou no orçamento do IEFP, IP., ou no orçamento de outro organismo sob sua tutela, verbas para

assegurar a comparticipação financeira do Estado, como contrapartida das atribuições sociais e de serviço público prosseguidas pela Cooperativa António Sérgio”.

No Orçamento da CASES, o cumprimento desta norma tem sido assegurado por transferências efetuadas pelo IEFP e, a partir de 2015, também pelo IGFSS.

Assim, à semelhança de anos anteriores, o orçamento de exploração da CASES para o exercício de 2020, inscreve como receitas as que resultam de transferências do IEFP e do IGFSS, no enquadramento do Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro, a que acrescem receitas próprias destinadas à execução de projetos que visam a persecução da missão da CASES

O orçamento de 2020 deve ainda ser enquadrado considerando as alterações definidas no Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril, o qual estabelece para a CASES novas atribuições e competências.

O orçamento de 2020 prevê uma diminuição da receita em relação ao ano anterior na ordem dos 19%, conforme apresentado no Quadro I, passando de 6.774 milhares de euros para 5.467 milhares de euros, que resulta, no essencial, de um ajustamento do financiamento comunitário do Programa de apoio à criação de Cooperativas por jovens e dos Programas de Apoio ao Voluntariado.

As receitas e despesas que integram o orçamento de 2020 são as apresentadas no quadro *infra*:

Quadro I - Fluxos Monetários

	(Valores em Euros)	Quadros	Orçamento 2020	Orçamento 2019	Orc. 20 vs Orc. 19 (%)
A)	Receita Prevista:				
R04	Taxas, multas e outras penalidades	II)	36.000	36.000	0%
R07	Vendas de bens e serviços		2.500	9.413	-73%
R06	Transferências		5.374.383	6.656.786	-19%
R08	Outras receitas		0	17.735	-100%
	<i>Sub-Total</i>		5.412.883	6.719.934	-19%
R17.01	<i>Extraorçamentais</i> Receitas extraorçamentais		54.950	54.950	0%
	Total de Receita Prevista (A)		5.467.833	6.138.236	-11%
B)	Despesa Prevista:				
	Despesas com Pessoal				
D01.01	Remunerações certas e permanentes		974.649	923.268	6%
D01.02	Abonos variáveis ou eventuais		19.563	22.398	-13%
D01.03	Encargos s/ Remunerações		202.377	195.376	4%
	<i>Sub-Total (a)</i>		1.196.589	1.141.043	5%
D02	Aquisição de bens e serviços	III)	923.071	1.496.708	-38%
D03	Juros e outros encargos	IV)	1.200	1.200	0%
D04+D08	Transferências		3.283.198	4.067.816	-19%
D07	Investimento		8.825	13.168	-33%
	<i>Sub-Total (b)</i>		4.216.294	5.578.891	-24%
	<i>Sub-Total (a) + (b)</i>		5.412.883	6.719.934	-19%
D12	<i>Extraorçamentais</i> Operações de Tesouraria, retenção de receitas do Estado (c)		54.950	54.950	0%
	Total de Despesa Prevista (B)= (a)+(b)+(c)		5.467.833	6.774.884	-19%
	Saldo (A - B)		0	0	

O detalhe das rubricas que compõem o total da rubrica Transferências é conforme o quadro seguinte:

Quadro II – Transferências

Receitas IEFP,IGFSS, Próprias e FSE		Notas	Orçamento 2020	Orçamento 2019	Orc. 20 vs Orc. 19 (%)
R06.03.07	Orçamento IEFP		1.940.961	1.940.961	0%
R06.03.07	Orçamento IEFP - Microcrédito		17.158	13.510	27%
R06.03.07	Orçamento IEFP- Social Investe		94.572	48.525	95%
R06.03.07	<i>Sub-Total Serviços e Fundos Autónomos</i>		2.052.691	2.002.997	2%
R06.03.07	Contribuição Pública Nacional		631.176	1.049.894	-40%
R06.03.07	Total Transferência IEFP		2.683.867	3.052.891	-12%
R06.06.04	Transferência IGFSS		650.000	650.000	0%
	Total Receitas IEFP e IGFSS		3.333.867	3.702.891	-10%
R06.09.01	Financiamento COOPJOVEM/FSE		1.156.380	2.049.420	-44%
R06.09.01	Financiamento BOLSA VOLUNTARIADO/FSE		884.136	885.000	0%
R06.09.01	Financiamento INTERREG/FSE		0	19.475	
R06.09.01	Total Fundos Comunitários		2.040.516	2.953.895	-31%
R06	Total		5.374.383	6.656.786	-19%

As transferências oriundas do IEFP destinadas a financiar o orçamento de 2020, incluindo a contribuição pública nacional no valor de 631 milhares de euros (que regista uma diminuição na ordem dos 40%), perfazem um total de 2.683 milhares de euros, representando uma diminuição de 369 mil euros face ao orçamento de 2019, assegurando o funcionamento corrente da CASES, após lhe terem sido atribuídas novas atribuições conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 39/2017, de 4 de abril.

O montante de 650 milhares euros financiado pelo IGFSS destina-se a financiar o Programa de Apoio Institucional às Entidades (PAIE) e programas específicos de apoio ao Empreendedorismo, Inovação Social e Emprego jovem.

No que concerne ao programa de Apoio à Criação de cooperativas por jovens e ao Programa de Voluntariado - Bolsa Especializada de Voluntariado e Formação para um Voluntariado de Continuidade, o presente orçamento prevê um cofinanciamento por parte do POISE e dos PO Regionais no montante total de 2.040 milhares de euros (diminuição de 913 milhares de euros face ao orçamentado em 2019), repartido em 1.156 milhares de euros destinados à gestão do novo Programa de apoio à criação de Cooperativas por jovens e em 884 milhares de euros destinados ao Programa de Voluntariado, em linha com o ano anterior. O projeto INTERREG, no montante de 19 mil euros, integrado no âmbito do “Portugal 2020”, não arrancou em 2019 por motivos alheios à CASES, não se perspetivando que seja efetivado no ano 2020.

Em relação às restantes rubricas de receitas (próprias), o valor total orçamentado é de 38 mil euros, correspondente à venda de bens e serviços (2 mil euros) e a coimas (36 mil euros).

Na rubrica extraorçamental está inscrita, tanto do lado da receita, como do lado da despesa o montante correspondente à cobrança de coimas (54 mil euros), nos termos definidos no Código Cooperativo, a que acrescem os juros do capital social que são entregues ao Estado (950 euros).

A rubrica da despesa (cfr. Quadro I) reparte-se em remunerações e respetivos encargos (1.191 milhares de euros), aquisição de bens e serviços (923 milhares de euros), transferências (3.283 milhares de euros), investimento (8 mil euros) e juros e outros encargos (mil euros).

O cálculo das despesas com pessoal foi efetuado com base num acréscimo do quadro de pessoal, face ao ano anterior, bem como o efeito do processo de descongelamento de carreiras dos funcionários com contrato de trabalho em funções públicas.

As despesas referentes à aquisição de bens e serviços repartem-se em despesas CASES e despesas FSE/FEDER, conforme quadro abaixo:

Quadro III – Despesas de Aquisição de Bens e Serviços

		Aquisição de bens e serviços	Notas	Orçamento 2020	%	Orçamento 2019	%	Orc. 20 vs Orc. 19 (%)
Geral CASES	D02.01.21	Aquisição de bens		15.900	2%	15.900	1%	0%
	D02.02.25	Aquisição de serviços		663.406	72%	906.400	61%	-27%
		Aquisição de serviços IGFSS		35.000	4%	46.000	3%	
		Sub-Total serviços		698.406	76%	952.400	64%	-27%
		Sub-Total bens e serviços - CASES		714.306	77%	968.300	65%	-26%
Coopjovem	D02.02.25	Apoio Técnico - Coopjovem		0	0%	327.907	22%	-100%
BOLSA VOLUNTARIADO + RH FORMAÇÃO	D02.02.25	Recursos Humanos - Prestação de serviços						
		Desenvolvimento de plataforma						
		Comunicação e divulgação do projeto/ano		208.765	23%	181.026	20%	15%
		Manutenção da plataforma/ano						
		Aquisição de serviços						
		Sub-Total BOLSA VOLUNTARIADO +RH FORMAÇÃO		208.765	23%	181.026	12%	15%
INTERREG	D02.02.25	Aquisição de serviços		0	0%	19.475	1%	
		Sub-Total FSE		208.765	23%	528.408	35%	-60%
	D02	Total de Aquisição de Serviços	III)	923.071	100%	1.496.708	100%	-38%

O decréscimo da despesa referente aos programas comunitários deve-se, essencialmente, à reformulação da medida de apoio à criação de Cooperativas por jovens. Anteriormente desenvolvida no quadro do POISE – Programa Coopjovem, esta nova edição assenta em novos pressupostos de apoio e será desenvolvida com recurso a verbas provenientes dos Programas Operacionais Regionais, cabendo à CASES assegurar a comparticipação pública prevista, para além da divulgação, gestão e execução da medida.

No próximo ano prevê-se um aumento de 15% para o Programa de Voluntariado, cuja consolidação se dará em 2020. A rubrica de despesas de Transferências, no valor total de 3.283 milhares de euros, é decomposta conforme quadro *infra*, entre despesas CASES e despesas FSE.

Quadro IV – Despesas de Transferências

			Notas	Orçamento 2020	%	Orçamento 2019	%	Orc. 20 vs Orc. 19 (%)
Transferências instituições sem fins lucrativos								
Geral CASES	D04.07.01	Transferências Instituições s/fins lucrativos		249.730	8%	169.036	4%	48%
	D04.07.01	Programa PAIE - II Secção		615.000	19%	604.000	15%	2%
		Sub-Total Geral		864.730	26%	773.036	19%	12%
Coopjovem	D04.07.01	Apoios Institucionais		1.592.414	49%	0	0%	
Bolsa Voluntariado + RH	D04.07.01	Seguros acidentes pessoais		794.554	24%	1.220.755	30%	-35%
D04.07	Total de Transferências Instituições s/ fins lucrativos			3.251.698	99%	1.993.791	49%	63%
Transferências famílias								
Geral CASES	D04.08.02	Transferências Famílias - Estágios IEFEP		0	0%	17.735	0%	-100%
		Sub-Total Geral		0	0%	17.735	0%	-100%
Coopjovem	D04.08.02	Bolsas		0	0%	1.977.088	49%	-100%
		Apoio Const.		0	0%	48.222	1%	-100%
		Sub-Total COOPJOVEM		0	0%	2.025.309	50%	-100%
D04.08	Total deTransferências famílias			0	0%	2.043.044	50%	-100%
Transferências de Capital para entidades internacionais								
Geral CASES	D08.09.01	União Europeia-Instituições		14.000	0%	14.000	0%	0%
	D08.09.03	Países terceiros e organizações internacionais		17.500	1%	16.980	0%	3%
D08.09	Total deTransferências de capital			31.500	1%	30.980	1%	2%
		Total D04+D08	IV)	3.283.198	100%	4.067.816	100%	-19%

A variação das rubricas “transferências instituições sem fins lucrativos” e “transferências famílias” resulta, essencialmente, de quatro componentes:

- Manutenção do PAIE - I Secção e a introdução do apoio da CPES, assim como o aumento das responsabilidades do Programa SOU MAIS, a que corresponderá um acréscimo de 48%;
- aumento previsível da execução do PAIE – II Secção, resultante da programação da TO 3.36 - Capacitação institucional dos Parceiros da Economia Social membros do Conselho Nacional para a Economia Social, no âmbito do PO ISE, a que corresponderá um acréscimo de 2% da comparticipação pública excedentária a cargo da CASES;
- reclassificação dos apoios da nova edição do Programa de apoio à criação de Cooperativas por jovens, como atrás descrito. Esta medida de apoio deixa de contemplar a atribuição de bolsas a formandos, passando, o apoio, a ser direccionado para instituições, o que se traduz numa reclassificação de verbas da subrubrica “transferências famílias” para “transferências instituições sem fins lucrativos”, daí resultando uma redução do montante em 432 milhares de euros, tendo em consideração a candidatura do novo programa.

- manutenção da execução da medida de apoio ao seguro de acidentes pessoais e responsabilidade civil dos voluntários, no âmbito do Programa de Voluntariado, prevendo-se uma redução de 426 milhares de euros, que resulta da programação da execução do programa.

Transferências do IEPF e IGFSS (2010- 2020)

O quadro *infra* apresentado reflete a evolução das transferências do IEPF, reais entre 2010 e 2018, previsionais para o ano de 2019 e orçamentadas para 2020. Desde 2012 a 2014 verificou-se um decréscimo de ano para ano, invertendo-se esta tendência a partir de 2015 através de uma diversificação de fontes de financiamento, com a entrada de transferências do IGFSS, na sequência do aumento de atividades sob a responsabilidade da CASES.

Quadro V - Transferências

Designação	Executado									Previsional	Orçamentado
	2010 *	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Transferências IEPF	2.000.000	2.000.000	1.700.000	1.500.000	1.345.275	1.425.000	1.409.402	2.374.869	2.474.869	3.052.891	2.683.867
Transferências IGFSS	0	0	0	0	0	116.722	467.092	493.463	489.937	650.000	650.000
Receitas próprias							27.921	1.842.285	0	63.148	38.500
Sub-Total	2.000.000	2.000.000	1.700.000	1.500.000	1.345.275	1.541.722	1.904.415	4.710.617	2.964.806	3.766.039	3.372.367
Custos Estrutura	814.040	1.331.283	1.467.627	1.072.279	1.243.626	1.554.222	1.802.730	1.593.748	1.569.881	2.112.144	2.126.191
Contribuição Pública Nacional	0	0	0	0	0	0		970.849	475.494	1.049.894	631.176

VIII – Anexo
Plano Ação 2020 / Projeto B.E.M. /
Responsabilidade Social da CASES



Plano de Ação 2020

Projeto B.E.M. – Responsabilidade Social da CASES

ÍNDICE

I – Enquadramento	3
II – Linhas Orientadoras do Plano de Ação	4
III – Ações	6
a) Nível Interno	7
b) Nível Externo/Social	12
IV – Conclusões	15

I – ENQUADRAMENTO

A Responsabilidade Social (RS) assume-se hoje em dia como uma área de intervenção de particular importância na dinâmica das organizações que, ao afirmarem o seu compromisso neste âmbito e ao assumirem de forma voluntária ações que não se esgotam ao estrito cumprimento da legislação, procuram elevar o grau de exigência da sua atuação através de uma conduta organizacional alinhada com o desenvolvimento social, a proteção ambiental, o respeito pelos direitos fundamentais e a adoção de uma governação transparente com a conciliação dos interesses das diferentes partes interessadas.

No âmbito do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) têm vindo a ser desenvolvidas diversas iniciativas no domínio da RS, designadamente, as atividades levadas a cabo pela Rede para o Desenvolvimento da Responsabilidade Social (Rede Por Tod@s), constituída por representantes dos serviços, organismos e outras estruturas do MTSSS, e da qual a CASES é membro integrante.

Com efeito, a CASES enquanto elemento da RedeMTSSS e atendendo aos valores e princípios cooperativos que estão subjacentes à sua intervenção, entre os quais, a responsabilidade social e ambiental, considera que uma atuação cada vez mais socialmente responsável é um processo fundamental para que a estratégia organizacional integre um compromisso para com a sustentabilidade, nas suas componentes económica, social e ambiental, que seja conhecida e partilhada por tod@s.

O presente documento pretende, assim, considerando a preponderância que as ações de RS assumem na dinâmica das organizações, quer ao nível da sua gestão estratégica, quer ao nível da sua capacidade de inovação, promover medidas e desenvolver práticas no âmbito dos vários domínios da RS, no ano de 2020, com previsão de impactos internos e externos.

Importa referir que o sucesso do presente Plano de Ação, dada a transversalidade das ações propostas e o carácter voluntário de várias iniciativas, depende do compromisso, disponibilidade e da participação da Direção e de tod@s @s trabalhador@s das várias unidades orgânicas que compõem a CASES.

Por último, salienta-se que a implementação do presente Plano de Ação enquadra-se no âmbito do Projeto BEM - *O Bem está à Mão*, dinamizado pelo Grupo de Trabalho de RS, que reúne, pelo menos, um elemento de cada unidade orgânica da CASES e é coordenado pela Secretaria-Geral.

II – LINHAS ORIENTADORAS DO PLANO DE AÇÃO

No âmbito do presente Plano de Ação, e de forma a enquadrar o raciocínio subjacente à definição das ações para o ano de 2020, é importante abordar, de forma sintética, os domínios fundamentais da RS, segundo a norma NP ISSO 26000, que estão na base da sua elaboração:

1. **Governança Organizacional** – incide sobre os processos e as estruturas de tomada de decisão que capacitam a organização para a aplicação dos princípios e práticas de RS.
2. **Direitos Humanos** – responsabilidade das organizações de identificar, prevenir e abordar os impactes reais ou potenciais sobre os direitos humanos resultantes das suas atividades ou das atividades daqueles com os quais se relacionam, sinalizando as situações de risco, criando mecanismos para evitar a cumplicidade, promovendo a resolução de queixas, a não discriminação de grupos vulneráveis, respeitando os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, bem como os princípios e direitos fundamentais no trabalho.
3. **Práticas Laborais** – implementação de práticas socialmente responsáveis relativas ao emprego e relações de trabalho, às condições de trabalho e proteção social, ao diálogo social, à saúde e segurança no trabalho e desenvolvimento humano e formação no local de trabalho.
4. **Ambiente** – ações ambientalmente responsáveis implicam a prevenção da poluição, a utilização sustentável dos recursos, a mitigação e adaptação às alterações climáticas, a proteção do ambiente, da biodiversidade e recuperação de *habitats* naturais.
5. **Práticas operacionais justas** – estas práticas referem-se à conduta ética no modo como uma organização se relaciona com outras organizações, que podem ser agências governamentais, parceiros, fornecedores, adjudicatários, compradores, concorrência e associações das quais seja membro. Abordam-se neste tema questões como, a anticorrupção, o envolvimento político responsável, a concorrência justa, a promoção da RS na cadeia de valor e o respeito pelos direitos de propriedade.
6. **Consumidor/a** – sendo @s consumidor@s indivíduos ou grupos que fazem uso do resultado das decisões e atividades das organizações, as organizações socialmente responsáveis devem exercer um *marketing* justo, proteger a sua saúde e segurança, promover um consumo sustentável, criar mecanismos de resolução de conflitos e reparação, proteger os seus dados e privacidade, ter especial atenção ao acesso a produtos e serviços essenciais e orientar para as necessidades d@s consumidor@s mais vulneráveis.
7. **Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade** – uma intervenção proativa de uma organização na comunidade em que opera, passa pela promoção do bem-estar dessa

comunidade, seja através da prevenção e resolução dos problemas prioritários da comunidade, do estabelecimento de parcerias com organizações locais e partes interessadas, ou da realização de ações com vista ao desenvolvimento socioeconómico, salvaguardando-se a este respeito que as atividades filantrópicas por si só, não atingem o objetivo de integrar a RS na organização.

Para além dos pressupostos acima referidos, que orientaram a elaboração do presente documento, importa salientar que as ações propostas resultam da avaliação do trabalho desenvolvido até à presente data e dos contributos d@s trabalhador@s, no âmbito do processo de recolha de sugestões promovido a nível organizacional.

Constituindo a comunicação do Plano de Ação um fator de sucesso para a sua implementação, a Newsletter Interna – *Voz Off* e a área da Partilha Interna dedicada à RS constituirão os veículos privilegiados de comunicação e informação nesta matéria.

A avaliação e monitorização do presente Plano de Ação serão atividades a desenvolver pelo Grupo de Trabalho, como forma de aferir e acompanhar os resultados e impactos do Projeto.

III – AÇÕES

As ações propostas são apresentadas no âmbito de dois níveis de atuação:

1. Interno - com a finalidade de envolver, motivar e aumentar a satisfação e a união d@s trabalhador@s, no sentido de promover o sentimento de pertença organizacional;
2. Externo/social – com a finalidade de desenvolver iniciativas de âmbito social e de âmbito ambiental, como forma de retorno à sociedade.

Neste contexto, são propostas dez iniciativas de atuação a nível interno e quatro iniciativas de atuação a nível externo/social, estas últimas, compreendendo três de âmbito social e uma de âmbito ambiental.

A) NÍVEL INTERNO

Ação 1:	Voz-Off - Newsletter interna da CASES
Objetivo:	Promover a comunicação interna e a partilha entre trabalhador@s da CASES
Público-alvo:	Trabalhador@s CASES
Data prevista:	Junho e dezembro de 2020
Estratégia:	Elaboração de conteúdos e pedido de contributos junto d@s trabalhador@s
Recursos necessários:	Correio eletrónico
Beneficiários:	Trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	2 Publicações de <i>Newsletter</i> (periodicidade semestral)
Indicador:	N.º de publicações
Resumo da ação:	Publicação semestral de uma <i>newsletter</i> interna, que vá ao encontro dos interesses d@s trabalhador@s da CASES, promovendo a comunicação interna e a partilha de conteúdos e interesses, com parte dos conteúdos a irem de encontro às atividades desenvolvidas no âmbito das funções desempenhadas na CASES (situações curiosas, interessantes, etc. que decorreram na realização de uma determinada atividade) e outra parte com temáticas diversas (culinária, ambiente, cinema, música, história, etc.) do interesse d@s trabalhador@s.

Ação 2:	Criação de documentos de esclarecimento de cariz organizacional
Objetivo:	Informar e esclarecer temas relacionados com a gestão de pessoas/recursos humanos.
Público-alvo:	Trabalhador@s CASES
Data prevista:	2020
Estratégia:	Disponibilização de documentos eletrónicos
Recursos necessários:	Correio eletrónico
Beneficiários:	Trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	Disponibilização de 2 documentos de esclarecimento
Indicador:	N.º de documentos
Resumo da ação:	Criação de documentos com FAQ's que esclareçam situações relativas ao funcionamento interno da organização.

Ação 3:	Formalização da(s) parceria(s) concertada(s) em 2019, tendo por base as necessidades sinalizadas no diagnóstico efetuado junto d@s trabalhador@s.
Objetivo:	Permitir @s trabalhador@s da CASES usufruir de benefícios/descontos em determinados serviços
Público-alvo:	Trabalhador@s da CASES
Data prevista:	1.º trimestre de 2020
Estratégia:	Assinatura de protocolo(s) por parte da Direção da CASES e da(s) entidade(s)-parceira(s)
Recursos necessários:	Direção e Entidades-parceiras
Beneficiários:	Direção e trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	1 Parceria
Indicador:	N.º de protocolos formalmente celebrados
Resumo da ação:	Assinatura de protocolo(s) de celebração das parcerias conseguidas em 2019, bem como divulgação do mesmo e respetivos benefícios junto dos trabalhadores da CASES.

Ação 4:	Diagnóstico de necessidades d@s trabalhador@s com o intuito de promover novas parcerias
Objetivo:	Permitir @s trabalhador@s da CASES usufruir de benefícios/descontos em determinados serviços
Público-alvo:	Trabalhador@s da CASES
Data prevista:	1.º semestre de 2020
Estratégia:	Estabelecimento de contactos com entidades com vista ao estabelecimento de parcerias
Recursos necessários:	Entidades-parceiras
Beneficiários:	Direção e trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	1 Diagnóstico
Indicador:	N.º de inquéritos aos trabalhadores da CASES
Resumo da ação:	Recolha de informação dos trabalhadores, através de inquérito, com vista à identificação de eventuais necessidades que possam ser colmatadas através da prestação de serviços de entidades-parceiras.

Ação 5:	Angariação de entidades-parceiras com vista à celebração de protocolos
Objetivo:	Permitir @s trabalhador@s da CASES rastrear matérias específicas da sua saúde, bem como usufruir de benefícios/descontos em determinados serviços
Público-alvo:	Trabalhador@s da CASES
Data prevista:	2.º semestre de 2020
Estratégia:	Estabelecimento de contactos com entidades com vista ao estabelecimento de parcerias
Recursos necessários:	Entidades-parceiras
Beneficiários:	Direção e trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	1 diagnóstico
Indicador:	Parcerias a estabelecer de preferência com entidades da Economia Social
Resumo da ação:	Contactar entidades tendo em vista a celebração de protocolos com entidades que respondam às necessidades internas identificadas através de diagnóstico (Ex. rastreios de saúde – audição, visão, cancro da mama, colesterol, diabetes, entre outros) de modo a sensibilizar @s trabalhador@s para uma atenção cuidada com a sua saúde. Pretende ainda, estabelecer-se outras parcerias nas áreas cultural e do bem-estar.

Ação 6:	Promoção da igualdade de oportunidades e de género
Objetivo:	Consciencializar e promover uma cultura interna de igualdade
Público-alvo:	Direção e trabalhador@s CASES
Data prevista:	2020
Estratégia:	Capacitação na área da igualdade e disseminação de boas práticas
Recursos necessários:	Vídeos, apresentações, ações concertadas com outras entidades (ex. CITE)
Beneficiários:	Direção e trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	2 ações (uma por semestre)
Indicador:	N.º de ações de promoção
Resumo da ação:	Realização de campanhas ou ações de sensibilização com vista à consciencialização e promoção da igualdade de oportunidades e de género (vídeos, apresentações, envio de informação, entre outros).

Ação 7:	Realização de atividades de lazer e convívios CASES
Objetivo:	Promover o bem-estar e reforçar os laços entre @s trabalhador@s
Público-alvo:	Direção e trabalhador@s CASES
Data prevista:	2020
Estratégia:	Realização de iniciativas de lazer e de convívio organizacional
Recursos necessários:	Espaço físico
Beneficiários:	Direção e trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	3 Convívios
Indicador:	N.º de convívios
Resumo da ação:	Promoção de convívios temáticos entre @s trabalhador@s e as pessoas afetas à organização, a realizar em épocas festivas (Ex. magusto, carnaval, páscoa e Natal/Fim de ano)

Ação 8:	Realização de <i>workshops</i> /sessões informativas /formativas
Objetivo:	Dotar @s trabalhador@s de capacidades e competências com vista ao desenvolvimento profissional e pessoal
Público-alvo:	Direção e trabalhador@s CASES
Data prevista:	2020
Estratégia:	Realização de ações em áreas diversas do conhecimento
Recursos necessários:	Auditório; formadores/as e material de formação.
Beneficiários:	Direção e trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	2 Sessões
Indicador:	N.º de sessões
Resumo da ação:	Realização de sessões no âmbito das matérias diagnosticadas no levantamento efetuado junto d@s trabalhador@s.

Ação 9:	Promoção da Casa António Sérgio
Objetivo:	Divulgar a obra, o Centro de Documentação e Informação (CDI) e a Casa de António Sérgio, bem como o setor da economia social
Público-alvo:	Direção e trabalhador@s CASES, entidades da economia social, comunidade em geral
Data prevista:	2020
Estratégia:	Distribuição de folhetos e realização de visitas
Recursos necessários:	Folhetos sobre a Casa António Sérgio
Beneficiários:	Trabalhador@s, entidades da economia social, comunidade em geral
Local:	Casa António Sérgio e locais de realização dos eventos da CASES
Meta:	Distribuição de folhetos em 75% dos eventos organizações e realizados pela CASES e realização de 1 visita à CAS com @s nov@s trabalhador@s
Indicador:	Realização: N.º de iniciativas da CASES com distribuição de folhetos e N.º de visitas à CAS Resultado: N.º de visitantes da CAS (presenciais e <i>online</i>)
Resumo da ação:	Distribuição de folhetos da CAS em eventos da CASES; Organização de uma visita à CAS para @s trabalhador@s da CASES que ainda não conhecem o espaço.

Ação 10:	Promoção da ética
Objetivo:	Promover e reforçar a adoção de atitudes e condutas éticas e honestas
Público-alvo:	Direção e trabalhador@s CASES, utentes, fornecedores e outros
Data prevista:	2020
Estratégia:	Envio semestral de material de reflexão sobre temáticas relacionadas com ética e divulgação mensal de uma notícia muito positiva (“notícia feliz”).
Recursos necessários:	Quadro, vídeos, publicações, auditório, correio eletrónico, <i>Voz Off</i>
Beneficiários:	Direção e trabalhador@s CASES
Local:	CASES
Meta:	14 divulgações (2 semestrais e 12 mensais)
Indicador:	N.º de ações de divulgação
Resumo da ação:	Desenvolvimento de um conjunto de iniciativas que visem a promoção da ética organizacional: a) Envio semestral de material de consciencialização sobre valores éticos; b) realização de <i>workshop</i> sobre diversidade religiosa e multiculturalidade; c) afixação eventual, nas instalações da CASES, de frases, <i>cartoons</i> , sugestões enquadradas no tema da ética.

B) NÍVEL EXTERNO/SOCIAL

Ação 11:	Promoção do voluntariado
Objetivo:	Proporcionar @s trabalhador@s da CASES um conhecimento e acesso mais fácil e rápido às ações de voluntariado ativas e disponíveis
Público-alvo:	Direção e trabalhador@s CASES
Data prevista:	2020
Estratégia:	Divulgação de iniciativas de voluntariado
Recursos necessários:	Voz Off, correio eletrónico, espaço de <i>Partilha Geral</i> da CASES, entidades promotoras
Beneficiários:	Direção e trabalhador@s CASES, instituições promotoras e comunidade em geral
Local:	Vários
Meta:	Divulgação de 5 notícias sobre iniciativas de voluntariado; realização de uma ação de voluntariado pelos trabalhadores da CASES.
Indicador:	N.º de iniciativas de voluntariado divulgadas; N.º de ações de voluntariado realizadas pelos trabalhadores da CASES.
Resumo da ação:	Disponibilização de informação sobre as ações de voluntariado ativas e disponíveis, @s trabalhador@s interessad@s, permitindo um acesso mais imediato e prático às ações a realizar. Realização de uma ação de voluntariado na CAS.

Ação 12:	Promover e dinamizar campanhas de doação
Objetivo:	Desenvolver práticas de solidariedade, através de campanhas de doação de bens diversos
Público-alvo:	Entidades sinalizadas/alvo das atividades de apoio
Data prevista:	2020
Estratégia:	Sinalização e seleção de campanhas de doação
Recursos necessários:	Voz Off, correio eletrónico, espaço de <i>Partilha Geral</i> da CASES
Beneficiários:	Entidades da economia social
Local:	CASES
Meta:	2 Campanhas
Indicador:	N.º de entregas
Resumo da ação:	Participação em campanhas de doação (de sangue, de roupas/calçado, de alimentos, entre outros)

Ação 13:	Sensibilização ambiental e incentivo à reciclagem
Objetivo:	Conscientizar para a importância das questões ambientais, promover a diminuição do desperdício, a sustentabilidade ambiental e a familiarização com pequenos gestos que promovam a preservação e a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais
Público-alvo:	Direção e trabalhador@s CASES
Data prevista:	2020
Estratégia:	Divulgação de práticas sustentáveis e promoção de espaços de reciclagem nas instalações da CASES
Recursos necessários:	<i>Voz Off</i> , espaço de <i>Partilha Geral</i> da CASES, separadores de resíduos, produtos mais sustentáveis e amigos do ambiente
Beneficiários:	CASES, ambiente e comunidade
Local:	CASES
Meta:	4 Ações de sensibilização; renovação dos ecopontos existentes nas instalações da CASES.
Indicador:	N.º de iniciativas de sensibilização ambiental; 4 locais de separação de desperdícios.
Resumo da ação:	Informação e esclarecimento sobre os problemas ambientais e possíveis soluções para a preservação e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais; Pôr em prática os três “R’s” da sustentabilidade, através da <u>redução</u> de desperdícios, <u>reutilização</u> de materiais passíveis de reaproveitamento, <u>reciclagem</u> e separação correta dos resíduos, tendo neste processo especial atenção ao papel; renovação dos pontos de recolha de plástico e papel na sede.

Ação 14:	Participação em redes de trabalho de RS
Objetivo:	Participar nas redes e grupos de trabalho de RS, no sentido da promoção do conhecimento, partilha, desenvolvimento e incorporação de conceitos, ferramentas e práticas de RS na organização
Público-alvo:	Direção e trabalhador@s CASES
Data prevista:	2020
Estratégia:	Integrar as iniciativas, reuniões e encontros a realizar no âmbito das redes de trabalho de RS
Recursos necessários:	Grupos de trabalho
Beneficiários:	Trabalhador@s CASES, comunidade envolvente
Local:	Vários
Meta:	4 Reuniões e 2 instrumentos, ferramentas ou outras práticas de RS
Indicador:	N.º de reuniões e n.º de instrumentos, ferramentas ou outras práticas de RS

Resumo da ação: Participação em redes e grupos de trabalho de RS, no sentido da promoção do conhecimento, partilha, desenvolvimento e incorporação de conceitos, ferramentas e práticas de RS na organização; Atualmente a CASES integra e participa nas seguintes redes de RS:

- Rede MTSSS (Rede de Desenvolvimento da Responsabilidade Social do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social);
- Rede RSO.PT (Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações);
- Rede Social de Lisboa;
- Carta da Diversidade.

IV – CONCLUSÕES

O presente Plano de Ação pretende reforçar o compromisso da CASES com as matérias que integram a RS, designadamente no âmbito da ética organizacional, da promoção de um ambiente de trabalho saudável e do desenvolvimento profissional e pessoal d@s trabalhador@s.

As ações apresentadas visam, assim, através da sua operacionalização, contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, com base num desempenho organizacional que integre as componentes económica, social, ambiental e cultural ao longo de toda a sua atuação.

Com base nas propostas que integram o presente Plano, pretende-se, ainda, incentivar a participação de um maior número de trabalhador@s nas atividades do Projeto BEM, de modo a fortalecer e consolidar a cultura de RS da CASES.